

“GAY DE DIREITA DEVERIA NASCER HÉTERO”: ESSENCIALIZAÇÃO IDENTITÁRIA E DISCURSOS ENTRE LGBT+ NO *FACEBOOK*.

Yuri Alexandre Estevão-Rezende¹

Resumo

Neste artigo, por meio de uma etnografia virtual realizada em um grupo de socialização LGBT+ na rede social Facebook, busca-se analisar as discussões políticas desencadeadas entre seus membros. Assim, apresenta-se também os processos sociohistóricos que vincularam as identidades LGBT+ à direita ou à esquerda em determinados contextos e que podem explicar essa concepção enraizada em muitas pessoas LGBT+, ou seja, como os discursos devem ser analisados dentro dos contextos políticos e sociais que foram (re)produzidos. Por fim, demonstra-se os limites e as impossibilidades na associação entre sexualidade a posições políticas, além dos perigos de se essencializar as identidades.

Palavras-chave: Discursos. LGBT+. Política. Direita. Esquerda.

**“Right-wing gay men should have been born straight”:
identity essentialization
and LGBT+ interaction on *Facebook***

Abstract

In this article, through a virtual ethnography carried out in a group of LGBT+ socialization on the social network Facebook, we seek to analyze the political discussions triggered among its members. Thus, it also presents the socio-historical processes that linked LGBT + identities to the right or left in certain contexts and that can explain this conception rooted in many LGBT+ people, that is, how the discourses must be analyzed within the political and social contexts that were (re) produced. Finally, the limits and impossibilities in the association between sexuality and political positions are demonstrated, in addition to the dangers of essentializing identities.

Keywords: Speeches. LGBT +. Policy. Right. Left.

¹ Mestrando em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com bolsa da CAPES. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidades, GESEX/UFMG. E-mail: yurirezende14@hotmail.com. Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1787777622182924>

Introdução

Aos 17 dias do mês de abril de 2016, o Deputado Jean Wyllys – no Congresso Nacional em Brasília, Distrito Federal – caminha até a plenária da Câmara dos Deputados e inicia seu discurso² contrário ao *impeachment* da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff: “(...) eu quero dizer que estou constrangido de participar dessa farsa, desta eleição indireta, conduzida por um traidor e conspirador e apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos, essa farsa sexista!”. Sob vaias e aplausos ao fundo, Jean, continua: “Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da Cultura, dos Sem Teto, dos Sem Terra, eu voto não ao golpe e durmam com essa, canalhas!”. O discurso do então deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o único parlamentar assumidamente gay no Congresso Nacional à época foi, sem dúvidas, um dos mais discutidos e reverberados na mídia televisiva, bem como no ambiente digital (internet). Não apenas pelo seu conteúdo, mas pelo episódio que se segue a votação, quando, chamado de viado pelo Deputado Jair Bolsonaro, Jean cospe em direção ao seu opositor.

Tanto o impeachment quanto o episódio relatado acima demarcam o estopim das discussões políticas (online/off-line) que traduziam a conjuntura brasileira. De modo que, o ano de 2016, constitui-se como um dos períodos mais conturbados da história contemporânea do país (ALZAMORA E BICALHO, 2016; PENTEADO E LERNER, 2018). Se, como apontam Brugnago e Chaia (2015), em 2014 – a partir das eleições presidenciais e a mobilização de uma nova onda de direita nas mídias sociais – temos a conjuntura de acirramento de uma divisão entre brasileiras e brasileiros, é de certo, o ambiente virtual um dos principais campos de batalha dessa cisão; discussões em redes sociais que, por vezes, se caracterizaram em promover dualidades, tais como: coxinhas x mortadelas, esquerdistas x direitistas, gente de bem x “amorais” de toda ordem.

Em meio a tal conjuntura, uma discussão, em um grupo destinado a pessoas LGBT+³ no *facebook* chamou atenção: um usuário – para criticar a “cusparada” de Wyllys em direção a Jair Bolsonaro – compartilha uma imagem que compara e diferencia Jean e o falecido Deputado Federal Clodovil Hernandes, numa associação respectivamente entre comportamentos inaceitáveis de um

² O discurso do Deputado foi transcrito na íntegra pelo autor. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=LKlckVo3fWE> >. Acessado em dezembro de 2019.

³ Neste artigo, adota-se o a sigla LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis). O “+” é utilizado para congregar sexualidades desviantes, além de outras identidades de gêneros que fazem parte dessa minoria.

parlamentar gay de esquerda *versus* comportamentos aceitáveis de um parlamentar gay de direita, no seu ponto de vista. Outro usuário responde o autor da postagem da seguinte forma: “gay de direita deveria nascer hétero”. Embate esse que exemplifica como no contexto político atual tem-se mobilizado e reverberado discursos que buscam atrelar sexualidades como intrínsecas a posições políticas e ideológicas, nesse caso específico, como têm sido reproduzidos por atores LGBTQ+ em ambientes *online*, mas também podem ser evidenciados em situações *offline*.

Assim, neste artigo, faz-se uma breve contextualização histórica dos estudos de gênero e sexualidade, a caminhar, por fim, na adoção de uma perspectiva queer – ou seja, na compreensão de que identidades sexuais são políticas de normatização de corpos e, por vezes, cristalizadas em discursivas ora culturais, ora biológicas, centradas no poder/saber sobre o outro, a alteridade. Em seguida, buscarei, a partir de uma etnografia virtual (HINE, 2004), realizada em um grupo de socialização LGBTQ+ na rede social *Facebook*, compreender as noções que associam os membros e as pessoas LGBTQ+ à esquerda ou à direita. Apresento também os processos sociohistóricos que vincularam, sobretudo, as identidades LGBTQ+ à direita ou à esquerda em determinados contextos e que podem explicar essa concepção enraizada em muitas pessoas LGBTQ+. Trarei tais reflexões a partir de aportes teóricos em conjunto com as análises dos comentários políticos observados ao decorrer da etnografia virtual; demonstrando, como nos ensina Foucault (1996), que o discurso é situado e nos dá referências sociopolíticas/históricas nas quais estão centrados e são (re)produzidos.

Discutindo sexualidades: breve contextualização teórica

Historicamente, o estudo sobre a homossexualidade foi desprezado, posto que a academia científica, grosso modo, não considerava tal análise legítima e importante para a sociedade (VANCE, 1995). Logicamente, a exclusão desses estudos deve-se também ao preconceito contra sexualidades que desviavam da norma heterossexual. Deste modo, as teorias e trabalhos acerca da homossexualidade humana eram financiados e realizados em sua grande maioria, distantes dos institutos de pesquisas renomados, sendo produzidos, assim, por pesquisadores livres. Entretanto, o movimento feminista, que ganhou força nos anos de 1950, desencadeou uma série de novas abordagens e paradigmas acerca dos estudos de gênero e sexualidade, influenciando assim, a análise do gênero e da sexualidade em um contexto sociocultural

e político – e não meramente biológico – como era subjugada (BOZON, 2004; VANCE, 1995). Sob esse ângulo, notadamente, esses estudos começam a adentrar nas instituições de pesquisa e servir de base teórica para os novos pesquisadores do tema, e, a partir da década de 1970, o campo da pesquisa sobre homossexualidade se ampliou.

No entanto, como discorrido acima, as primeiras abordagens sobre a sexualidade humana surgem, de modo geral, a partir de estudos ligados à medicina legal e à psicopatologia. Tais pesquisas tratam de instaurar um regime de controle sobre as práticas sexuais, pouco recorrente antes da Revolução Francesa, quando a vida sexual era restringida ao âmbito familiar (PEREIRA, 2009, 381). Assim, no século XIX, a sexualidade se torna objeto de análise médico-psiquiátrico e se constrói um aparato normativo dos comportamentos sexuais. Destarte, "a ciência deveria, pois, deliberar sobre quais as práticas eróticas seriam naturais e quais seriam patológicas" (PEREIRA, 2009, p. 381).

Para definir e catalogar os desvios sexuais era necessário delimitar o que deveria ser considerado normal. O tratado de Krafft-Ebing (1886), utilizando a noção biológica ligada à reprodução para afirmar a normalidade do comportamento heterossexual, foi fundamental neste objetivo. Portanto, todas as práticas eróticas que não tivessem como fim gerar prole foram rotuladas como desvios sexuais patológicos (PEREIRA, 2009).

Em contrapartida, Freud, em suas pesquisas teóricas e clínicas, entende a sexualidade enquanto posição libidinal; tanto homossexualidade quanto a heterossexualidade são consideradas, então, como uma orientação sexual (CECCARELLI, 2012). Isso se deve, segundo Ceccarelli, ao fato de Freud (1920) partir do pressuposto de uma bissexualidade original, fazendo alusão ao complexo de Édipo. Desse modo, todos possuiriam investimentos libidinais homo e heterossexuais, mesmo que se apresentados, em alguns casos, apenas no inconsciente. Para Freud, "a sexualidade humana é, em si, perversa" e a medida que está ligada ao ato pulsional de busca do prazer, ela é subversiva, impossível de normalização (CECCARELLI, 2012, p. 7).

Após estes discursos, ocorre, no final do século XX, o desenvolvimento de uma análise sociocultural, histórica e filosófica sobre sexualidade, incorporando, assim, a discussão de gênero. Em um contexto já marcado pelo início do movimento americano de contracultura e, mais ainda, pelos movimentos feministas e gays da década de 60, cria-se um cenário de efervescência das discussões de gênero e sexualidade (MISKOLCI, 2012).

Tanto os movimentos feministas, quanto os movimentos homossexuais da década de 1960, foram responsáveis por uma ruptura entre os saberes que condicionavam as mulheres como biologicamente inferiores aos homens e os gays como sujeitos patológicos. Os estudos vinculados a esses movimentos, resumidamente, passam a discutir o gênero e a sexualidade enquanto produtos da sociabilidade, ou seja, social e culturalmente construídos. Não obstante, ao incorporar o modelo de luta dos operários, impulsionadas pelas teorias marxistas, os movimentos feministas e gays assumem também a visão marxista do poder, onde as relações de poder operam por meio do binarismo opressor/oprimido. Nessa ótica, estes movimentos direcionaram sua luta política por um viés liberacionista, o que significa dizer que os homossexuais e as mulheres eram entendidos “como sujeitos oprimidos que deveriam lutar pela liberdade” (MISKOLCI, 2012, p. 64).

Adiante, o movimento gay fundamenta-se, então, no decorrer da década de 1970 a 1980 a conceber uma ideia identitária de sexualidade; tais identidades sexuais passam a ser estáveis. Miskolci (2012), pondera ainda que, o movimento homossexual nos EUA, majoritariamente composto por “uma classe média branca letrada”, buscava uma adaptação aos padrões morais heteronormativos vigentes, ou seja, ao regime de normalidade sexual e moral que outrora os marginalizou. Sobre este fato, Leandro Colling traz à discussão um exemplo brasileiro: “o Grupo Gay da Bahia (GGB) ameaçou processar os autores e a própria emissora em função da existência de personagens homossexuais afeminados e/ou caricatos. Em outras ocasiões, teceu elogios quando os personagens “pareciam normais”, sem afetações” (COLLING, 2007, p. 4). Nota-se a tentativa de construir uma imagem/identidade gay padronizada e adequada a heteronormatividade.

Na década de 1980, trabalhos como o de Michel Foucault (1980), dentre outros, tecem novas concepções sobre as dinâmicas das relações de poder e como elas operam e, desta feita, abrem caminhos para estudos que começam a questionar os discursos hegemônicos e eurocêntricos da academia/ciência. Nessa nova corrente de análise, encaixa-se a História da Sexualidade de Foucault (1980), onde o filósofo evidencia a distinção entre comportamento homossexual e identidade homossexual. Dessa forma, Foucault, afirma que as práticas sexuais homoeróticas foram recorrentes em muitos períodos da história da humanidade, sendo percebidas em diversas sociedades. Contudo, na concepção foucaultiana, o termo homossexual é recente, sendo oriundo do

início do século XX, tratando-se de um dispositivo político e histórico para rotular pessoas com sexualidades desviantes da norma e naturalizar a heterossexualidade. Adiante, Jeffrey Weeks (1993) em sua obra *El Malestar de la Sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas*, corrobora com a teoria de Foucault, constatando em sua pesquisa que as representações homossexuais na história inglesa não se caracterizavam por um viés identitário, sendo basicamente comportamentos sexuais e afetivos.

Adiante, a modernidade demarca o fim das tradições e, com ela, transformam-se as dinâmicas de poder. Como Foucault explica, o poder passa a atuar em quanto normatizador, naturalizador e não mais enquanto repressor/opressor, ele se dá por meio das instituições: escola, igreja, Estado, prisão – o uso das técnicas de disciplinas nesses ambientes (re) criam os sujeitos, ou seja, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2008, p. 164). Como alerta o pensador a disciplina é o meio pelo qual se opera, na contemporaneidade, as relações de poder: “a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (2008, p. 203). Assim, o filósofo, abre caminho para pensarmos como o poder operacionaliza, controla e disciplina os corpos e as sexualidades, demarcando-os e padronizando-os, conforme a norma.

Os impactos das análises de Foucault, nos estudos gays e lésbicos americanos faz surgir, entre as décadas de 1980 e 1990, uma nova proposta teórica para pensar as relações sexuais, afetivas e socioculturais de modo geral: a Teoria Queer. Essa corrente compreende, assim como a de Foucault, o surgimento de uma biopolítica que disciplina o corpo, o sexo, o desejo e o amor, por meio da criação de identidades sexuais que têm a função de readequá-las ao heterossexismo (MISKOLCI, 2012). Butler (2002), uma das principais teóricas dessa linha de pensamento, analisa que o termo queer é ressignificado e “adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada do que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (2002, p. 58). Para Stevem Seidman, a teoria Queer é o estudo dos regimes de controle e verdade que “organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando e homossexualizando – corpos, desejos, actos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p. 13). Mas é também, pensar o “não-lugar”, a margem e a invisibilidade do subalterno/objeto um dos sentidos da proposta teórica Queer.

Mas, como Lopes (2009) apontou, o termo queer é um tanto quanto acadêmico e a possibilidade de potência no país passa também pela questão da linguagem, afinal trata-se de um conceito de língua inglesa. Como traduzir é sempre um processo complexo, já que a palavra carrega um significado pragmático, sociohistórico e político de uma realidade que muitas vezes não é a nossa, assume-se a forma como Berenice Bento (2009) denomina esta corrente: estudos transviados. Por conseguinte, aqui serão tratadas as palavras queer, transbicha e transviado como sinônimos – uma tentativa que parece em um primeiro momento irrelevante, mas consiste em interrogar um termo anglo-saxão para ressignificá-lo em um contexto brasileiro, sendo possível assim, alcançar mais pessoas.

Como dito, a analítica transviada é uma contraposição aos estudos gays e lésbicos, porque rompe com a ideia de identidades sexuais fixas, sujeitos estáveis. Critica a intensiva naturalização da homossexualidade entendendo que ao permitir os contornos e limites da criação de uma identidade pautada na sexualidade, aniquila-se o potencial fluido dos desejos e das afetividades – e continua-se a promover a violência de controle sobre corpos. O ativismo gay e lésbico, assim, não perturbaria o *status quo*, mas antes apenas se moldaria para se enquadrar a ele. Deste modo, como Louro salienta

[c]om esses contornos, a política de identidade praticada durante os anos 70 assumia um caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/das homossexuais no sistema social (...) as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e trans-sexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada (LOURO, 2001, p. 544).

Neste contexto, as próprias pautas defendidas pela militância gay as separa da transbicha. Enquanto a primeira luta, por exemplo, pelo direito a união matrimonial e pela criminalização da homofobia, a segunda não se apropria das questões monogâmicas e das visões heterossexuais de relacionamento e não pensa em punição como forma efetiva de combate a violência. O corpo que incomoda, os pobres, as transexuais e travestis, as afeminadas periféricas, as pessoas deficientes e os moradores de rua, ou seja, os abjetos, são essas pessoas que, em suas intersecções de classe,

raça, gêneros, entre outros marcadores sociais da diferença, a militância transviada abrange e se importa. Cabe salientar que, Leandro Colling (2015), também discute como os movimentos gays e LGBTQ+ – ao longo dos anos – tenderam a direcionar pautas e ações para o interior do Estado e de uma norma jurídica/legal. A politização de identidades ou o que denomina como essencialismos estratégicos, apesar de importantes no processo de conquistas de dignidade e de direitos para pessoas LGBTQ+, tem ainda como efeito a exclusão de grupos e sujeitos que estão à margem dessas identidades. Assinala, por conseguinte, as tensões e diferenças entre as pautas/ações políticas do movimento LGBTQ+ e do ativismo Queer.

Nesse sentido, a estratégica política do transviado não é identitária e nem essencialista, mas de enfrentamento a padrões socioculturais e sociobiológicos usados para deixar invisível e subalternizar as multidões abjetas que não têm voz e lutam para (re)existir. Trata-se de uma luta também contra as práticas de consumo que permitem inclusão social e que garantem poder as classes burguesas. A lógica é unir essas multidões e propor políticas de justiça social e equidade para todos, sem, necessariamente, criar identidades essencialistas e atreladas a práticas de consumo (DRUCKER, 2007). Para entendermos, a proposta é de permitir que uma pessoa se relacione com o outro e com o seu próprio corpo sem amarras normativas, de destruir com verdades violentas que recalcam suas potências de vida e modos de ser/existir. Cabe ressaltar assim, a concepção de Bobbio (2001) ao dizer que na reafirmação e aceitação de que, em algum aspecto, todos nós somos diferentes encontra-se a possibilidade do desenvolvimento de uma sociedade democrática; a coesão social poderia então ser construída a partir daquilo que nos une que são nossas próprias diferenças.

Portanto, o Queer propõe uma desconstrução das ações biopolíticas sobre os corpos, as sexualidades, os desejos e as identidades; uma ruptura com os saberes e discursos hegemônicos e os regimes de verdade e controle que marginalizam os desviantes. Pretende-se assim, um novo entendimento sobre o gênero, as expressões sexuais e afetivas, porque as entende como dinâmicas, instáveis e performativas, impossíveis assim de possuírem identidades fixas e rotulações. Assumir a corrente Transbicha, seja na teoria quanto na prática, significa, assim, apropriar-se do conceito metodológico proposto por Derrida, de desconstrução das posições binárias da vida social e dos próprios sistemas de poder que as legitima (DERRIDA, 1986). Porém, é preciso esclarecer que desconstruir não deve ser entendido como destruir, adverte

Barbara Johnson (1981, p. 26), mas “está muito mais perto do significado original da palavra análise, que, etimologicamente, significa desfazer”.

Breves apontamentos metodológicos

A discussão entre a relação humana e as tecnologias estão presente em inúmeros trabalhos em Antropologia nas últimas décadas, com destaque para Donna Haraway (2000) e Bruno Latour (2012): de uma maneira geral ambos sinalizam para um mundo de hibridez, em que impossível seria promover uma cisão analítica entre humanos, não-humanos e as tecnologias. Ou seja, é necessário pensar a complexidade e as teias que tornam essas relações indissociáveis – como na teoria de Ator-Rede do Latour – em contraposição a uma análise que demarcaria um mundo *online* e *off-line*.

A obra de Hine (2004) – utilizada no artigo – não avança nesse sentido, quando propõe a etnografia virtual como uma possibilidade de compreensão das relações entre grupos e pessoas no ambiente digital, mais precisamente, na internet, a autora (re)produz uma noção dual entre espaço *online* e *off-line* – mesmo que relacional, estariam separados. No entanto, a potencialidade do seu trabalho é analisar a partir da etnografia as interações sociais em ambientes digitais, de modo que adotei a etnografia virtual de Hine nesta pesquisa, mas concebendo ainda, a partir de Latour a incapacidade de se dissociar, no contexto atual, a vida *online* e *off-line*, de uma maneira simplista em que se cria dois espaços de interação social.

No Brasil, há uma literatura frutífera em Antropologia sobre grupos de mulheres e LGBTQ+ e suas interações nos ambientes digitais, em redes sociais como *Facebook*, *Blogs* e Aplicativos de relacionamentos sexoafetivos, como os trabalhos de Pelúcio (2016), Beleli (2015), Miskolci (2017), entre outros. Em síntese, estes estudos são importantes a medida que estabelecem o conectivo entre esses espaços como imbricados, lugares de socialidades; trata-se assim de um *continuum online/offline* (BELELI, 2012) e não de pensá-los separadamente.

Portanto, neste artigo percorri trajeto teórico metodológico similar. Durante três meses (de janeiro a março de 2019), realizei uma etnografia virtual em um grupo do *Facebook* destinado a interação entre pessoas LGBTQ+. O grupo é composto por 10 mil membros e não tem como objetivo discussões políticas, ou se vincula, necessariamente, a uma posição ideológica – não se trata assim

de um grupo de *ciberativismo*. Contudo, como discorrido anteriormente, a partir do acirramento político brasileiro, muitas postagens dentro do grupo faziam referência a conjuntura política e, por conseguinte, foram os comentários e as discussões desencadeadas nestas publicações que analisei ao longo dos meses da pesquisa. Cabe ressaltar, que optei por não identificar o nome do Grupo, tampouco o nome dos seus usuários, garantindo assim o sigilo das fontes e resguardando a pesquisa de questionamentos éticos. Interessa, desse modo, os discursos advindos destas publicações e o que eles podem nos revelar para a proposta desta pesquisa; ou seja, na formação de concepções que vinculam sexualidades à esquerda ou à direita na política brasileira.

Por fim, a seguir, apresentarei as análises destes comentários⁴ e utilizarei aportes teóricos que nos permitem pensar a formulação sociopolítica e histórica dos discursos dos membros do Grupo analisado. Mapeei os principais “assuntos” abordados nas discussões que acompanhei durante a pesquisa, o que não significa, porém, que esses pontos resumem ou encerram a complexidade reflexiva da temática, mas contribuem com o objetivo proposto no artigo.

Entre discussões políticas, discursos e cristalizações identitárias em um grupo LGBT+ no *Facebook*

Acompanhei, no mês de março de 2020, os comentários desencadeados por um meme⁵ postado por um membro do grupo: na imagem, a figura de um frango (que representa a marca de alimentos Sadia), está empunhando uma bandeira do movimento LGBT+, com a seguinte frase, “Eu sou um gay de direita sim!”. Dentre inúmeros comentários, em sua maioria denotando reações cômicas (risadas) a postagem, o acionamento de uma discussão, chama atenção, sobretudo, pois ela tenciona a noção enraizada da ideia de identidades sexuais vinculadas à esquerda e à direita no aspecto político – também evidenciadas em outros momentos – principalmente pela maneira que os membros envolvidos, tentam justificar (ou exemplificar) os motivos sociohistóricos que os posicionam em cada posição ideológica.

⁴ Os comentários serão exibidos dentro do seu contexto de produção, ou seja, apresentam uma linguagem própria de comunicação nas redes sociais. Portanto, as transcrições foram feitas na íntegra e não houve adequação dos comentários à norma culta da língua portuguesa.

⁵ Expressão que designa imagens, fotos ou vídeos que estão relacionados, na maioria das vezes, a teor humorístico.

Usuário 01: Vcs defendem a esquerda, vão para Cuba... lá que é boa a democracia socialista para ser gay! Outra coisa, é muito contraditório ser marxista e viado, afinal todo mundo sabe que Marx disse que a relação mais natural era entre homem e mulher. Se não fosse oq vcs chamam de neoliberalismo ou liberalismo q seja, todos nós estaríamos mortos.

Usuário 02: O Brasil é capitalista e a gente continua morrendo, se você não notou! Não vou perder meu tempo com vc e nem te explicar a importância da teoria marxista para nós, pois p mim bicha de direita já tá errada calada.

Usuário 03: Meu deus, a gay tá presa no passado.

Estes discursos somam-se a outros notados durante a pesquisa nos seguintes pontos: o acionamento do marxismo em oposição a população e aos movimentos LGBTQ+; a própria retórica de “vai para Cuba” que se popularizou nos últimos anos, mas no caso específico destacando o tratamento dado a LGBTQ+ pelo Governo do país; em contraposição a discursos que reafirmam como em países capitalistas mortes LGBTQ+ também são uma realidade; além da ideia de que uma pessoa que se auto define gay, no Brasil, seria contraditória (“já tá errada”) ao assumir uma posição de direita.

De fato, como salienta James Green (2003), a homossexualidade foi vista como desvio burguês por teóricos, políticos e militantes marxistas no século XX, em diversos países. Tratava-se de conceber que o ócio em excesso, como privilégio da burguesia, fazia de homens desviados morais – perdidos em sua alienação do prazer, sucumbiam a práticas antinaturais – questão que seria “solucionada” com a implementação do socialismo. Essa concepção, incide também em revoluções e governos na América Latina, como Cuba – principalmente entre 1959 a 1985 –, onde combinando o moralismo católico e ideia de desvio social (decadência burguesa), o regime socialista tratou a homossexualidade como uma prática burguesa e anormal, o que propiciou uma homofobia de Estado (GREEN, 2003, p. 33). Não obstante, no Brasil, a Ditadura Militar (de direita), promoveu perseguições a militantes LGBTQ+ vinculados ou não necessariamente a movimentos de esquerda, ou contra o regime (QUINALHA E GREEN, 2014). Importante é ainda frisar que, desde 1980 o regime Cubano começou aos poucos a (re)pensar o tratamento dado a pessoas LGBTQ+ e a caminhar no sentido de descriminalizar a prática em 1987, o que mudou gradualmente até o contexto atual a relação entre LGBTQ+ cubanos e o Estado, como afirma Azevedo (2019).

Ademais, como salientei na seção inicial, tanto os movimentos, como as acadêmicas feministas, sobretudo nos EUA e na Europa a partir dos anos 70, encontraram dentro da noção de divisão sexual

do trabalho, em Marx, um caminho teórico social frutífero para pensar também as relações de gênero. Conforme aponta Gayle Rubin (2003, p.159), dentro da academia americana, os escritos de Engels, principalmente, ajudaram a construir a teoria crítica do gênero, o que confere importante destaque a estes estudos como pioneiros naquele momento em que tais debates eram recentes. Cabe reconhecer neste contexto os avanços que as teorias feministas marxistas representaram dentro das ciências sociais e humanas nos estudos de gênero. Porém, a própria teoria marxista, *sui generis*, ao reposicionar o gênero a partir da divisão sexual do trabalho, acabou por naturalizar a heterossexualidade (WITTIG, 1993), ou seja, nas palavras de Rich (1990), a heterossexualidade compulsória também estava posicionada nas análises teóricas marxistas.

Para além, em outro comentário que tive acesso no grupo pesquisado, percebi novamente a questão do liberalismo ou do neoliberalismo, mais precisamente, a concepção de que governos capitalistas eram mais toleráveis a pessoas LGBTQ+. Que ainda complementa o da discussão que transcrevi acima:

Usuário 04: As pessoas reclamam do capitalismo, mas é em países da Europa e Estados Unidos que temos mais direitos! Isso é uma verdade. Em outros lugares igual na Coreia do Norte não, por exemplo.

Esse discurso e o anterior que trouxe para análise desnudam uma conexão que vincula certos ganhos em termos de direitos para população LGBTQ+ ao liberalismo, ou necessariamente, ao sistema capitalista; comparando ainda, a situação entre países capitalistas e outros com regimes socialistas, comunistas, ditatoriais, etc. É interessante por remeter sobre a maneira como identidades gays foram cooptadas a práticas de consumo destes países, além da agenda do próprio movimento gay branco se vincular a políticas e políticos liberais ou neoliberais (PUAR, 2015). O que, por vezes, (re)produz uma noção de que países como Estados Unidos seriam ilhas de cidadania plena para pessoas LGBTQ+; com licença poética para empregar a ironia da crônica de Pedro Lemebel (1996): "Fazemos o favor de te trazer, indiazinha, à catedral do orgulho gay".

Trata-se de uma tática mapeada e teorizada, principalmente, por Jasbir Puar (2007), ao notar o surgimento de um homonacionalismo americano e israelense, mas que pode ser pensado para além, em que tem-se na agenda de direitos LGBTQ+ uma métrica para definir se países, especialmente, não-ocidentais são democráticos, ou pior, devem/podem sofrer com interferências imperialistas americanas –

e no caso de Israel/Palestina, dando chancela ao primeiro para as atrocidades de direitos humanos que ocorrem em Gaza. Na esteira de Puar, Bruna Irineu (2014) também traçou uma análise sobre o vínculo dos movimentos LGBT no Brasil a pautas neoliberais.

No entanto, se por um lado – conforme destaquei acima – temos a cooptação de parte do público LGBT+ a partidos/políticas neoliberais; precisamente sob uma premissa de liberdade individual – e, portanto, sexual – como intrínseca a ideologia de direita/liberal. O conservadorismo de atores e políticos de direita, especialmente, de extrema-direita também é uma realidade a nível global: conformam grupos que, historicamente, promovem uma agenda anti-direitos de pessoas LGBT+, de maneira que se articulam em prol da desumanização/criminalização desta população ao redor do mundo. Conflitos e pânicos morais – tal como aborda Rubin (2017) – mobilizados por estes grupelhos alimentam uma rede de consolidação de movimentos, políticos e partidos: LGBT+ e comunistas são, assim, o perigo a ser combatido por estes setores da sociedade! A criação de um inimigo comum permite, neste contexto, coalizões – o antagonismo antigo, porém ainda usual entre nós e eles – de pessoas em torno de narrativas nacionalistas, anti-gênero e anti-LGBT. Podemos pensar numa agenda comum, mas que também adquire contornos específicos nos países em que são estabelecidas/produzidas – logo, estamos tratando de um fluxo de interações globais e locais, ou melhor, transnacionais (PATERNOTTE E KUHAR, 2018). Nessa conjuntura que David Paternotte e Roman Kuhar evidenciam como os membros das campanhas anti-gênero e direitos LGBT+ usualmente comungam de uma cartilha aproximada na Europa, mas que podem ser notadas em outras regiões, tais como: a classificação dos estudos de gênero e sexualidades como “ideologia de gênero”, constituindo assim como um risco a família nuclear humana, ou a própria noção de “sexo”; o enlace desses grupos/movimentos a “perspectivas” e princípios religiosos fundamentalistas; o discurso biológico e natural como alicerce à discriminação de pessoas LGBT+; a crença no suposto elo de origem entre pessoas/movimentos LGBT+ e o que chamam de “ideologia de gênero” ao marxismo/comunismo; o vínculo a ideais nacionalistas e “tradicionais”, etc.

Enquanto movimento de estratégia política, os grupos de extrema direita antigênero e direitos LGBT+, tem angariado sucessos à medida que, a partir da ascensão de políticos alinhados as suas agendas, adentraram os Estados nacionais. Caso, por exemplo, da administração Trump (2016/2020), nos Estados Unidos, na Hungria no Governo de Viktor Orban (2010 – atual), de Andrzej Duda (2015 –

atual) na Polônia e, ainda, no Brasil na gestão Bolsonaro (2018 – atual). Grupos de extrema direita, constituem, assim, o seio da base ideológica e administrativa do executivo desses países. De modo que entraves e embates de políticas sexuais e morais estão no centro dos debates nacionais nestes locais, em outras palavras, evidencia-se o ataque do poder público aos direitos outrora consolidados por pessoas LGBTQ+; os Estados passam a atuar como fomentadores e propagadores de uma espécie de institucionalização da homotransfobia – tem-se, nesse contexto, o fomento da homofobia política/estatal. O que não permite inferir, no cenário brasileiro, que o bolsonarismo não teve/tem adeptos no interior da comunidade LGBTQ+, conforme discuto nas próximas páginas deste trabalho.

Adiante, em outro momento, encontrei uma postagem, onde um usuário havia publicado uma notícia da página do *Facebook* do Movimento Brasil Livre (MBL) que, em síntese, apresentava os projetos e propostas no Congresso Nacional, fomentados pelo Deputado Federal Kim Kataguiri (DEM-2018), um dos fundadores do MBL. Não houve muita atenção a essa postagem, como ocorria em muitas outras sobre política, afinal muitos diziam que esse “não era o objetivo do grupo”, mas seus administradores não se pronunciaram a respeito. Não obstante, um comentário e duas respostas a ele são interessantes para seguir na análise:

Usuário 05: nossa, mas tem q ter coragem, viu? Vc sabe q o MBL apoiou o Bozo, né? É uma vergonha essa postagem, eu tenho muita dificuldade em entender como pode ter gay que defende esses políticos, gay de direita é um erro!!

Usuário 06 (Responde usuário 05): Vc não defende democracia, seu hipócrita? Eu sou de direita e daí? Pior é vc que defende quadrilha petista, vi no seu perfil, esquerdopata! Incoerência p mim é bicha de esquerdista!

Usuário 07 (Responde usuário 06): Mortaa, eu achava que gay de direita era mito, acabei de topar com um! Vergonha alheia... kkkkkkkk

Há alguns pontos importantes nesses discursos, mas o principal é a inconformidade de ambos os membros com o fato do vínculo político (direita ou esquerda) entre eles: pessoas que se reconhecem como gays. Ou seja, opera um sentido enraizado que atribui a identidade gay uma predisposição essencial a ser de esquerda, ou seu contrário, a ser de direita. É interessante a medida que pensarmos que essas questões não serão suscitadas da mesma forma com pessoas heterossexuais, ou melhor, não é comum um discurso que condiciona a heterossexualidade a uma posição ideológica dada, *a priori*. Percebe-se, por consequência, que apesar das categorias e identidades sexuais/sexualidades serem

efeitos de discursos, inicialmente, médico/legal, e posteriormente políticos sob os corpos (FOUCAULT, 1980), uma cristalização identitária condicionária, no entendimento dos usuários acima, a sua atribuição à direita ou esquerda. Estaria a experiência das sexualidades gays, no Brasil, intrínsecas a essas trincheiras da política? Se pensarmos na própria concepção que a corrente transviada nos indica, perceberemos como esses discursos são mobilizados politicamente, mas não enquadram a complexidade que se dá na conformação das sexualidades das pessoas – processos que são, portanto, instáveis e não determinados por uma posição fixa e universal, tampouco orientam comportamentos sociais.

Todavia, os comentários possuem pontos importantes também por darem pistas do vínculo desses discursos a conjuntura política brasileira, de modo que desenham o contexto em que foram produzidos e se (re)alimentam. Falo da cisão política dos últimos anos no Brasil, em termos genéricos “esquerdas x direitas”, antes de prosseguir é necessário compreender que há inclusive dentro da direita no Brasil, uma variante de múltiplos movimentos, numa disputa entre direita e extrema-direita, conforme afirma Kalil (2018a). No entanto, como minha ideia não é produzir uma discussão, necessariamente, dentro dos termos da Ciência Política (onde a noção binária direita x esquerda é aprofundada e problematizada), penso que são categorias importantes por terem congregado o imaginário social, movimentos sociais e políticos no Brasil, principalmente pós *impeachment* de Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2018, numa arena de *continuum online/offline*. Assim, os membros trazem as seguintes questões: o apoio de LGBT+ ao MBL e, por conseguinte, a candidatura de Bolsonaro; a políticos do Partido dos Trabalhadores.

É necessário, portanto, situar estes pontos: o Movimento Brasil Livre, surgiu a partir das manifestações de junho de 2013, mas se organizou a partir de 2014 no país e mobilizou nas mídias sociais inúmeros usuários à direita no aspecto político brasileiro; levantando bandeiras antipetistas e de combate a corrupção (FIRMINO, 2016). O MBL foi importante cabo eleitoral tanto para seu co-fundador como na campanha para deputado federal de Kim Kataguiri, quanto para outro membro importante, a candidatura de Fernando Holiday a vereador do Legislativo da Cidade de São Paulo. O movimento também congregou base de apoio a eleição e candidatura vitoriosa de Jair Messias Bolsonaro a Presidência do Brasil, em 2018. Apesar de o MBL ter “rompido” com o bolsonarismo em 2019, eles partilham um discurso comum sobre pessoas LGBT+: afirmam não serem homofóbicos, *a priori*, promovendo uma

tentativa de cisão entre o que consideram homossexuais com comportamentos dignos (dentro de uma pauta moral difusa da direita conservadora; e da defesa do livre mercado) em contraposição a uma série de adjetivações do que consideram se tratar o movimento LGBTQ+, em suma, esquerdista e amoral. É o que o próprio Fernando Holiday, negro e gay, tem defendido ao longo de sua trajetória política.

Essa discursiva, entre gays morais e o movimento LGBTQ+ no Brasil, tem adquirido adeptos, na própria população LGBTQ+, como pontua Coppelli (2020). O que nos leva a realidade de que, gays, além de se auto afirmarem de direita, também se posicionam/posicionaram a favor da eleição e mantém base de apoio ao Presidente Jair Messias Bolsonaro. Aqui, não irei reproduzir os inúmeros ataques de Bolsonaro a pessoas LGBTQ+, tratam-se de fatos, portanto, compreendo o Presidente como declaradamente LGBTQfóbico. Mas notei, durante a pesquisa, que alguns – poucos membros – no grupo, demonstraram apoio ao Presidente e justificaram:

Usuário 08: Se Bolsonaro fosse tão homofóbico como muitos dizem, não teria tanta amizade como tem com Agustín Fernandes e outros homossexuais que o apoiam, ele tem raiva do movimento LGBTQ pq o movimento LGBTQ é diretamente ligado à esquerda e ao PT, tanto que muitas vezes até fogem do contexto da defesa dos direitos dos homossexuais. Aliás, quantos LGBTQ morreram desde que o Bolsonaro assumiu? O número até foi reduzido! Vcs fazem terrorismo.

Usuário 09: Isso mesmo, amigo, bom saber que tem gays que pensam assim! Eu e meu namorado, apoiamos o Bolsonaro. Contra essa militância que quer impor suas putarias alegando ser “liberdade”, manchando a nossa imagem. Esquerdistas, só chorem, ainda existem gays de caráter que não baseiam suas vidas no que a militância petista quer! Vou aproveitar e sair desse grupo, não tô com tempo para mimimi...

Usuário 10 (Respondendo os usuários 08 e 09): É muita BURRICE apoiar uma pessoa que quer a SUA MORTE, ou que te compreenda como pervertido e imoral. Vocês me dão ânsia.

Como afirmei acima, a indignação do usuário 10 é plausível, afinal, Bolsonaro sempre demonstrou desprezo pelos direitos humanos básicos constituídos, suas posições racistas, LGBTQfóbicas e o apoio a tortura durante o regime Militar no Brasil são fatos notórios. Mas, quero me ater a esse fenômeno que, por mais que cause indignação em alguns, mostra-se como uma realidade. Isabela Kalil (2018b), é uma das principais pesquisadoras do movimento bolsonarista e dessas “novas” direitas no país. Em suas pesquisas, vinculadas ao Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação de Sociologia e Política de São Paulo, produziu relatórios que evidenciam o apoio de pessoas LGBTQ+ a Bolsonaro,

constatando, inclusive que, LGBT+ participaram/participam dos “protestos e manifestações” a favor do Presidente.

Ainda, durante as eleições de 2018, Bulgarelli (2018) entrevistou interlocutores gays que declaravam voto em Bolsonaro. Em artigo publicado no *ELPaís*, Bulgarelli (2018, p. 1) afirma sobre estes eleitores “embora variem os argumentos e os perfis de LGBT que justificam a escolha pelo candidato de extrema-direita, há uma recorrência insistente na adoção de valores familiares ou cristãos, punitivistas ou anti-sistêmicos, apesar dos riscos”. Em sua discussão, o antropólogo, salienta o mesmo entendimento deste artigo que, apesar da relação histórica de LGBT+ a partidos de esquerda no Brasil, sobretudo a partir de 1980, não se pode pensar, no entanto, que práticas e identidades homoeróticas se estabeleçam entre “alcovas liberais ou progressistas”. Ou seja, pessoas LGBT+ de direita ou bolsonaristas nos colocam na posição de (re)pensar como sintetizamos e essencializamos identidades ou sexualidades dissidentes, conforme evidencia-se nos comentários apresentados aqui. Cabe, a seguir, contextualizar o vínculo entre pessoas LGBT+ e partidos de esquerda no país, precisamente, o Partido do Trabalhadores, já que eles foram acionados nos discursos dos membros de direita do grupo analisado⁶.

Segundo Santos (2016, p.182) “desde o fim da década de 1970, diversos ativistas homossexuais militavam em grupos partidários e muitos deles contribuíram, por exemplo, para a fundação do PT em 1980”. Assim, a partir de meados de 1970 a 1980, tem-se um movimento de inserção de pessoas LGBT+ a política partidária, mesmo que embrionária, principalmente nas capitais brasileiras (GREEN, 2003): o Grupo Somos, uma fundação de homossexuais, surge em São Paulo em 1978, dentro de um contexto de abertura do regime militar e de ares democráticos que se avizinhavam e, desse modo, o coletivo se insere no cenário de lutas políticas das minorias no Brasil (FACCHINI, 2005; SANTOS, 2016). Não obstante, nem todos os membros destes movimentos, concordavam com a inserção partidária – o que mais tarde veio a ocasionar a dissolução do grupo Somos.

Adiante, com gays e lésbicas atuando no Partido dos Trabalhadores, sobretudo a partir de 1992, além de lideranças do PT no Congresso sensíveis a causa LGBT+, temos uma certa associação e “simpatia” por parte de movimentos LGBT+ com o partido (GREEN, 2003). Essa relação não foi, obviamente, sempre

⁶ Não farei uma contextualização da história do movimento LGBT+ no Brasil, isso demandaria um outro artigo, autores como Facchini (2005), Green e Quinalha (2014), Santos (2016), podem ser visitados para quem tenha esse objetivo. Farei o recorte, portanto, a partir de quando, começam a se politizar ou se partidizar os movimentos LGBT+ a partidos como o PT.

pacífica, por vezes, os LGBT+ dentro do partido sofreram com algumas adversidades, o que também demarcou algumas tensões entre o PT e os movimentos LGBT+ em São Paulo (SANTOS, 2016). Mas, como pondera Santos, outros avanços ocorreram na representação política desses grupos no PT: cabe destacar que, em 2003 a partir da eleição de Luís Inácio Lula Da Silva, temos o fomento de secretarias e órgãos de direitos humanos dentro do Executivo que darão especial atenção a causa dos movimentos LGBT+.

Esse histórico, nos permite situar os comentários dos membros, de certo o Partido dos Trabalhadores foi um dos primeiros partidos políticos do Brasil a criar um setorial LGBT+ e iniciar tais discussões dentro do contexto partidário brasileiro. O que não significa, porém, inferir que as relações entre movimentos LGBT+ e o PT no Brasil sempre foram harmoniosas; elas não foram. Outros setoriais em partidos de centro e direita, por exemplo, surgiram a partir de 2006 (SANTOS, 2016).

Por fim, o que busquei mostrar é que embora um contexto sociohistórico e político dê conta de situar as discussões no grupo pesquisado, não é possível depreender daí uma noção essencialista que condiciona sexualidades a posições ideológicas. Assim, mesmo que esta concepção cristalizada seja partilhada pelos membros desse grupo, pessoas LGBT+ possuem experiências múltiplas e que não se vinculam, essencialmente, a uma posição política dada. É necessário, por consequência, encarar a realidade: existem LGBT+ de direita, centro, comunistas, de esquerda; existem também aqueles que são conservadores e apoiadores do Presidente Bolsonaro.

Considerações Finais

Neste artigo, não tive a intenção de explicar os processos sociais que definem a posição das pessoas à direita ou à esquerda na política, tampouco fazer um apanhado dentro da Ciência Política sobre essas categorias e se elas dão conta da realidade política brasileira. Essas são, portanto, limitações do meu trabalho. Não obstante, o que propus foi demonstrar como sexualidades ou identidades LGBT+ não se vinculam essencialmente a uma dessas vertentes políticas, *a priori*, mas que essas alianças são produzidas a partir de contextos históricos e políticos situados. Tal empreitada, surgiu por perceber como membros de um grupo para pessoas LGBT+ no *Facebook* tinham uma concepção essencialista sobre sexualidades: a ideia de que se nasce gay ou heterossexual e,

precisamente, como isso teria relação quase que determinante com a filiação política de cada indivíduo – apesar de não haver nenhum respaldo teórico nos estudos de gênero e sexualidades que ancore a ideia de posicionamento político condicionado a orientação sexual, como sintetizei na primeira seção deste texto.

Assim busquei demonstrar que estes debates estão acesos no contexto atual – em espaços amplos de socialidades – o que demanda pensar o ambiente virtual, nesse caso específico o *Facebook*, como um *continuum online/off-line* em que essas experiências e interações são vivenciadas. Ou seja, não meramente espaços dissociados da vida social: de um lado nossa realidade política partidária, de outro nossas interações na mídias sociais. O próprio cenário dos últimos anos nos mostrou como as redes sociais tem sido arena das discussões políticas e da cisão entre brasileiros e brasileiras.

O que se mostra como desafio é compreender que sexualidades não são uniformes, mas múltiplas e que outros marcadores sociais da diferença, tais como gênero, classe, raça, geração, etc, também incidem sobre nossos corpos, como apontei neste artigo na breve contextualização sobre os estudos de sexualidades e a conformação desta categoria na analítica transviada. Assim, o que teoria transbicha nos sugere, nesse problema, é sobre os perigos de se universalizar e essencializar experiências ou identidades LGBTQ+. É interessante ainda, entendermos que a política permite, ou deveria permitir, mudanças: as pessoas hétero/ou não, podem mudar suas concepções políticas partidárias – estas posições ideológicas, como nos mostra a teoria queer com identidades sexuais, também não são estáveis e fixas.

Por fim, caminho a pensar que uma política/ação transviada, na qual também me inscrevo, precisará reconhecer que: LGBTQ+ podem ser conservadores, bolsonaristas, de direita, etc, e que isso pode mudar! Mas, de todo modo, é necessário buscar alianças mais amplas, que congreguem as diferenças, mas que não se encerrem nelas; significa dizer, uma política e coalizões anticapitalistas, com os povos originários, pessoas pobres e de rua, mulheres, pessoas negras, brasileiros e brasileiras que anseiam um Brasil justo socialmente. Uma aliança que corra pautas neoliberais: precisamos largar algumas mãos ou resgatá-las de um projeto fascista.

Referências bibliográficas

“Gay de direita deveria nascer hétero”: Essencialização identitária e discursos

ALZAMORA, Geane Carvalho; BICALHO, Luciana Andrade Gomes. A representação do Impeachment Day mediada por hashtags no Twitter e no Facebook: semiose em redes híbridas. *Interin*, vol. 21, núm. 2, julho-diciembre, 2016.

AZEVEDO, Pedro Sampaio. CUBA E O PECADO NEFANDO: a Ilha Caribenha e a questão homossexual durante sua história. *Anais do 2º Encontro Histórias e Parcerias*, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

BELELI, Iara. Amores on line. In: PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luís Antônio Francisco da; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (org.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.56-73.

BELELI, Iara. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu*. 2015, n.44, pp. 91-114.

BENTO, Berenice. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. In: *Revista Bagoas*, v. 4, p. 95-112, 2009.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda – As razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 2001.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 172p.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p.99-129, out.2014-jan. 2015.

BULGARELLI, Lucas. Por que 29% dos LGBTs votam em Bolsonaro?. In: *EL PAIS BRASIL*. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/opinion/1540592921_823943.html > acesso 10 de fevereiro de 2020.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icaria editorial, 2002.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 2, n. 02, 2012.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. *Revista Gênero*, v. 8, n. 1, p. 207, 2007.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

COPELLI, Alexandre Lauriano. Gays de Direita e a Nova Onda Conservadora: a negação de si mesmo e a contradição do conservadorismo nos costumes por parte de membros da comunidade LGBT+. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 1, p. 102-124, 2020.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Porto: RÉ S Editora, 1986.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2017.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

“Gay de direita deveria nascer hétero”: Essencialização identitária e discursos

FIRMINO, G. C. Conservadorismo liberal e classes médias: uma análise do ‘Vem Pra Rua’ e do ‘Movimento Brasil Livre’. In: X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016, Marília/SP. Anais X Seminário do Trabalho. Trabalho, crise e políticas sociais na América Latina, 2016.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. I: a vontade de saber, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GREEN, James N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. Cadernos AEL, 2003.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129.

HINE, Christine. Virtual ethnography revisited. Paper summary prepared for session on online research methods, research methods festival Oxford, v. 1, 2004.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. Em Pauta, vol. 12, no 34, Rio de Janeiro, 2014, pp.155-178.

JOHNSON, Barbara. The critical difference. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

KALLI, Isabela Oliveira. Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos », Ponto Urbe [Online], 22 | 2018, posto online no dia 15 agosto 2018.

KALLI, Isabela. O. (Coord.). Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. São Paulo, SP: Fundação de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. Disponível em < https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf > acesso 15 de abril 2020.

LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LOPES, Denilson. Por uma nova invisibilidade. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Organizador). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. Desejos digitais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, dez. 2018.

PELÚCIO, Larissa. “Vamos fazer isso pessoalmente”: masculinidades contemporâneas negociação dos afetos na busca de parcerias amorosas e

“Gay de direita deveria nascer hétero”: Essencialização identitária e discursos

sexuais por de aplicativos móveis. 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa, 2016.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. Em *Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12–24, abr. 2018.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft–Ebing, Psychopathia Sexualis and the creation of the medical notion of sadism. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 12, n. 2, p. 379–386, 2009.

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages. Homonationalism in Queer times*. Duke University Press, 2007.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, v. 3, n. 1, p. 297–318| 319–337–297–318| 319–337, 2015.

QUINALHA, R. H.; GREEN, James. N. (Org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014. v. 1. 332p

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 5, n. 4, p. 631–660, 1980.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. “Tráfico sexual: entrevista”. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 157–209, 2003.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo*. In: *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017 [1984].

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. *Contemporânea: revista de sociologia da UFSCar, São Carlos*, v. 6, n. 1, p. 179–212, jan./jun. 2016.

SEIDMAN, Steven. *Queer Theory/Sociology*. Malden: Blackwell, 1996.

VANCE, Carole. “A Antropologia Redescobre A Sexualidade: Um Comentário Teórico”, *Physis, Revista De Saúde Coletiva*, V. 5, N.1. Rio de Janeiro: 1995.

WEEKS, Jeffrey. *El malestar de la sexualidad: significados, mitos y sexualidades modernas*. Madrid: Talasa, 1993.

WITTIG, Monique. One is not born a woman. *The lesbian and gay studies reader*, p. 103–109, 1993.